

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14816 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

A Gestão Escolar Democrática na Escola do Campo em Manaus

Gabriel Rodrigues do Nascimento - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

A Gestão Escolar Democrática na Escola do Campo em Manaus

RESUMO: A pesquisa enfoca os processos de gestão escolar democrática nas escolas do campo do Município de Manaus/AM, objetivando compreender a partir da sua realidade concreta as mediações e contradições existentes a fim de repensar a lógica das políticas educacionais nas escolas do campo executadas pela Secretaria Municipal de Educação. As hipóteses iniciais indicam poucas mudanças no fortalecimento da gestão democrática devido ao excessivo controle do sistema ao unir professores, técnicos, pais e comunitários para a formação dos estudantes aos interesses do capital. Os objetivos específicos foram: a) Identificar as contradições presentes na gestão escolar democrática na escola do campo do município de Manaus; b) Problematizar as ações ocorridas no cotidiano escolar como antagonias no próprio sistema hegemônico. O processo metodológico envolveu uma revisão bibliográfica a partir de estudos de teóricos que focalizam a Educação do Campo, gestão escolar democrática na escola pública; análise documental das legislações específicas do tema abordado no âmbito federal; bem como documentação institucional da Secretaria Municipal de Educação de Manaus e entrevista com professor e pedagogo da escola. Os resultados evidenciam que as práticas administrativas e pedagógicas são trabalhadas numa perspectiva da hegemonia dominante para a formação de estudantes na pactuação aos interesses capitalistas.

Palavras-chave: Gestão escolar; Educação do Campo; Escola do campo; Democracia.

Introdução

Na produção material de sua existência e na construção social de sua história, o homem produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo que configura o *saber* historicamente produzido. Para que isso não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja permanentemente sendo passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela *educação*, entendida como a apropriação do saber produzido historicamente (PARO, 2023).

A função pedagógica do trabalho material, como a da sociedade em geral, não depende apenas das condições em que é dado ao homem, mas também da luta dos homens contra essas condições. A relação pedagógica homem-ambiente não é unidirecional, mas dialética. Dessa forma, a instituição escolar, como a educação em geral, esteve sempre ligada ao modo de produção – e, em particular, às instituições políticas erguidas sobre ele: os primeiros sistemas escolares parastatais ou estatais dão-se onde surge uma burocracia pública: Baixo Império Romano, Império Carolíngio, Prússia, França napoleônica – ou se desenvolve dentro dos limites demarcados por ele (ENQUITA, 1993).

Sobre o funcionamento atual da instituição chamada “escola”, o olhar da gestão educacional

no Brasil recebe a denominação “democrática e participativa” através da Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Art. 206. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 (BRASIL, 1996), reafirma este princípio no inciso VIII, do art. 3º, que estabelece as normas da gestão democrática do ensino no inciso VIII “gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

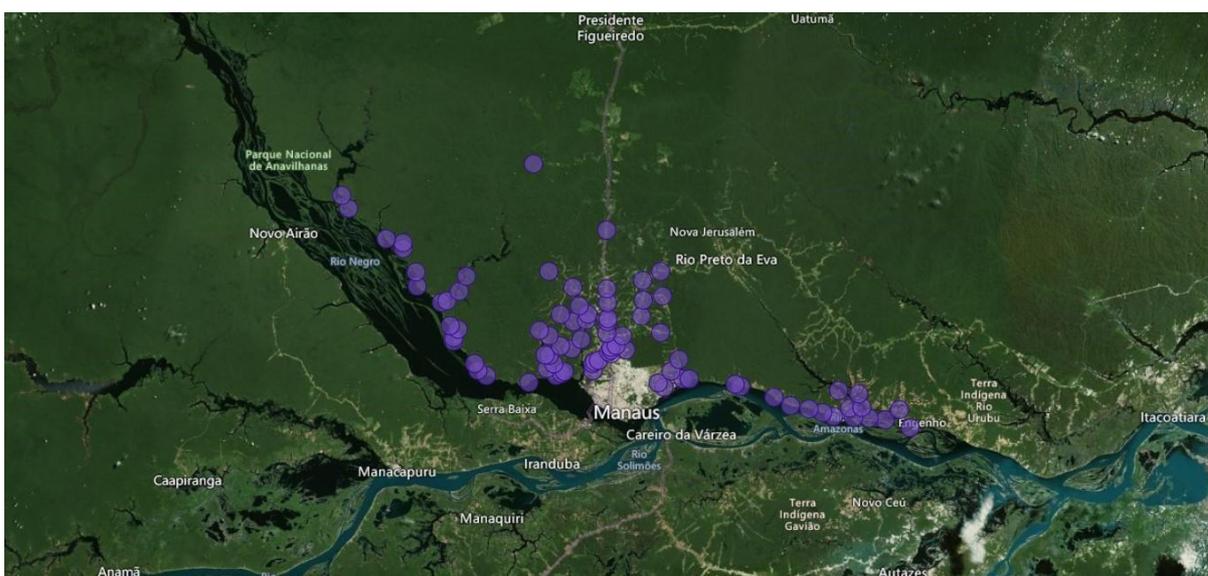
A gestão democrática da escola é um assunto deveras amplo, pois trata de conceitos como gestão e democracia, que detêm uma multiplicidade de abordagens e práticas sociais. A produção acadêmica, no campo das ciências da educação, sobre a gestão democrática da educação e da escola é significativa, contudo, a temática da especificidade da gestão democrática da escola e da educação do campo é um fenômeno ainda pouco estudado no interior das ciências da educação, ao menos com a presente abordagem (MARTINS, 2012).

A sua efetividade ainda é desafio aos sistemas educacionais e instituições de ensino de estados e municípios. Na Educação do Campo, a gestão escolar para a democratização das escolas campesinas vem sendo discutida desde 1999, considerando a ampliação do acesso às escolas do campo; maior participação da população camponesa nas tomadas de decisões sobre a gestão do cotidiano escolar e sobre as propostas pedagógicas; bem como maior participação dos estudantes na gestão do cotidiano escolar e na criação de coletivos pedagógicos, capazes de pensar e repensar os processos de transformação e traduzi-los em ações concretas (KOLING; NERY e MOLINA, 1999).

No caso do município de Manaus, a Lei nº 284 de 12 de abril de 1995 extingue a Secretaria da Cultura, Desporto e Lazer e cria a Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com a estrutura administrativa criada na Lei de 2013, a rede municipal de educação está subdividida em oito zonas geográficas: Norte, Sul, Centro-Sul, Sul, Leste I e II, Oeste e Rural/Ribeirinha. Atualmente conta 501 instituições públicas de ensino (centros de Educação Infantil e escolas regulares), que ofertam a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II (regular), Educação Especial Substitutiva e Educação de Jovens e Adultos. Destas 501 escolas, 84 estão localizadas em zonas rurais distribuídas nas zonas geográficas oeste e rodoviária/ribeirinha, sendo apenas 1 Centro Municipal de Educação Infantil (área urbana de Manaus), e o restante, as 83 escolas atendendo o Ensino Fundamental ou EJA.

Figura 1 – Mapa da localização geográfica das escolas da DDZ Rural, na SEMED/Manaus.



Fonte: Prefeitura de Manaus, Departamento de Geoprocessamento e TI (2023).

Um dos grandes desafios das escolas da zona rural de Manaus é a construção de uma concepção de gestão escolar democrática que dialogue com os princípios da Educação do Campo. Para termos um entendimento dos modelos de gestão escolar, pensados e executados nas escolas do campo da cidade de Manaus, recorreremos às normativas legais educacionais da rede municipal que estabelecem as estruturas administrativas de gestão escolar.

Art. 103º: A direção escolar será exercida por profissional efetivo do magistério em atividade, sendo responsável pela gestão das atividades administrativas, pedagógicas e financeiras na unidade de ensino.

Art. 104º: A designação da função do diretor escolar se dará por ato discricionário do Secretário Municipal de Educação, destinar-se-á a servidores da educação que façam parte do Banco de Diretores Certificados da Rede Pública Municipal de Manaus (MANAUS, 2013).

A DDZ Rural atua como responsável direta no acompanhamento das escolas, contando com a orientação conjunta do Grupo de Trabalho e do Comitê da Educação do Campo da Semed/Manaus. Discutiam-se o rendimento escolar, ferramentas de registros e os procedimentos da Gestão Integrada da Educação (GIDE) - empresa contratada para gerenciar as ações da secretaria desde 2014. Os Relatórios de Análises de Desvios de Metas (RADM) era parte da metodologia de controle da GIDE, as metas estabelecidas sobre os problemas pedagógicos sistematizadas no Relatório de Implementação dos Planos (RIAP), cuja função era mapear as intervenções feitas a partir dos planos da metodologia GIDE, objetivando alcançar o Índice de Formação Cidadã (IFC) pelos estudantes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os sujeitos da pesquisa serão professor e pedagogo de uma escola pública municipal na área rural da cidade de Manaus. A escolha justifica-se pela necessidade de se aprofundar os estudos quanto a realidade micro institucional, observando o restrito tempo destinado à pesquisa em pós-graduação. A transcrição da entrevista se realizará sob a orientação de Manzini (2013). Quanto ao procedimento para a construção dos dados se privilegiará a entrevista semiestruturada, pensada a partir de um instrumento (roteiro composto por questões norteadoras) de modo a tornar o encontro entre investigador e sujeito participante, um momento mais propício ao relacionamento recíproco e de confiabilidade.

Na pesquisa documental, o escopo das fontes é vasto, diversificado e disperso porque o que distingue os documentos são: a forma material, as intenções de sentido, a função, o público-alvo, as formas de consumo (leitura) e outros atributos. Assim, o suporte, a lógica de produção e a natureza do conteúdo distinguem, por exemplo, o manuscrito do impresso, a página tipografada (linotipada) da página datiloscrita; a folha solta do caderno de folhas; uma carta de um bilhete; uma receita culinária de uma receita médica; e assim por diante.

RESULTADOS

A escola da pesquisa está localizada no quilômetro 35 da Rodovia Am-010 (Manaus-Itacoatiara), pertencente a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, cujo Ato de Fundação é pela Lei 1724, de 1984 (portanto com 40 anos de existência). Atende os anos Finais do Ensino Fundamental (regime de seriação) e EJA Noturno, em classes multisseriadas. Com exceção da pedagoga e alguns professores, o gestor e a maioria dos professores moram na área urbana de Manaus, sendo que existe uma rota de ônibus escolar para a ida e vinda dos

professores no fim das aulas.

A maioria das pessoas, principalmente aquelas que exercem ou já exerceram atividades de liderança, estão cientes da complexidade que os relacionamentos geram nas organizações. Não por acaso, parte significativa do tempo de ocupantes de cargos de chefia é despendida com a escuta atenta aos problemas que lhes são trazidos pelos membros da comunidade onde atuam e a solução de conflitos. Não raro, esses problemas decorrem de questões simples, como divergências banais entre determinados membros de uma organização (VIEIRA, 2020). Quando perguntados como se descreve a sua relação com a equipe escolar no dia a dia, o professor e pedagoga responderam dessa forma.

Professor: “Assim, como em todo segmento tem aqueles que estão mais envolvidos que os outros né. Mas de modo geral, a gente percebe a união, na hora do fazer profissional. Ai quando tem as suas particularidades, cada um fica no seu grupo. É isso, no nosso dia a dia, nós une mais a parte profissional.”

Pedagoga: “Então, a minha experiência de pedagoga começou em 2003 quando eu estava concluindo o curso de Pedagogia, eu fui convidada para trabalhar na SEMED e já comecei a ter essa relação com os gestores escolares. Então, quando eu saí do que hoje é o Distrito, eu já vim para escola, já tinha experiência de pedagoga em gestão escolar, ia nas escolas, fui para BR-174, para a EMEF Solange Nascimento. Porque assim, eu nunca tive problemas com os gestores, eu vejo que a gestão, tem que ter o respeito do gestor - que é o administrador – e o pedagogo. Eu faço meu trabalho de parceria ... por exemplo, eu trabalho agora nessa escola com o gestor, nós decidimos as coisas juntos, cada uma não faz nada sem consultar o outro ... quando eu cheguei na escola vinda do Distrito, para trabalhar como pedagoga, percebi que os professores ficaram receosos comigo. Nesse ponto, eu penso que o Pedagogo precisa dominar a sua atuação, a gente chega na escola, a gente precisa se apropriar do conhecimento pedagógico, e que você tenha o respeito da equipe.”

Descortinar as limitações observando o ser humano e suas relações nos espaços escolares, subsumido pelas condições materiais impostas se torna indispensável para a compressão da totalidade na realidade escolar. A concepção mercadológica sob parâmetros lógica-empresarial faz da gestão escolar uma estrutura direcionada por instituições financeiras internacionais aos investimentos econômicos.

De acordo com Vieira (2020, p. 85), “desenvolver relações de qualidade no ambiente de trabalho contribui não apenas para o rendimento e bem-estar dos envolvidos, como também para a melhoria da capacidade organizacional em termos de colaboração, coordenação, aprendizagem, adaptação e compromisso de todos. A ideia de uma gestão relacional articula-se a um conjunto de temas estratégicos da gestão educacional e escolar, como a gestão de pessoas, a gestão democrática, o clima escolar, a liderança, a relação entre a escola e a comunidade, entre outros.”

Considerações Finais

Diante da literatura e legislação específica referente à Educação do Campo e gestão escolar das escolas do campo, fica evidente que o modelo democrático ainda é um desafio presente. As opressões sociais são aprofundadas na privatização dos meios produtivos no modo capitalista, com os processos de espoliação e alienação do trabalhador expandindo-se no modo de propriedade privada como é tratada a escolarização pelo Estado, a serviço da elite conservadora.

Trazer a gestão de escolas do campo nas políticas públicas de Educação do Campo se justifica para o entendimento da necessidade de transformações nos espaços escolares do campo, que

contribuam no exercício de reflexão da Gestão democrática e participativa por todos os coletivos do campo. A elite usa a educação para obter o consenso cultural coletivo, porém forja levantes em pequenas ou grandes escalas.

Com relação ao modelo de gestão das escolas do campo da rede municipal de ensino de Manaus, embora a documentação analisada proponha um modelo de gestão democrática, sua efetividade nem sempre acontece. Na condição humana historicamente estão presente desejos por poder e vaidades emergindo mesmo nos coletivos, com antagonismos intraclasse nas classes sociais, a divisão social do trabalho entre classes revela anomalias em frentes que lutam pela justiça social.

As concepções individuais subjetivas são inerentes aos que lideram embates nos espaços partidários, acadêmicos, populares, pois, nos coletivos há sempre um líder, agindo de forma diretiva não coletiva. Portanto, faz-se necessário refletir os modelos de gestão nas escolas do campo amazônico, e as implicações das concepções urbanas que distanciam os sujeitos do campo da garantia do direito à Educação do Campo.

Referências

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 27.833, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 5 de outubro de 1988.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 351p., 1993.

KOLING, E. J.; NERY, I. I. J.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo N°1**. Brasília: MST/UnB/CNBB/UNICEF/UNESCO, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, n°1).

MANAUS, 2013. **Lei Delegada n° 13, de 31 de julho de 2013**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-delegada/2013/2/13/lei-delegada-n-13-2013-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-secretaria-municipal-de-educacao-semed-suas-finalidades-e-competencias-fixa-seu-quadro-de-cargos-comissionados-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 14/07/2023.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**, 2013 (in press).

MARTINS, Fernando José. Gestão democrática e educação do campo. **RBP AE** – v. 28, n. 1, p. 112-128, jan/abr. 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão, Política, Economia e Ética na Educação**. - São Paulo: FEUSP, 2023.

VIEIRA Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia; NOGUEIRA Jaana Flávia Fernandes. **Gestão escolar no Brasil**. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.